



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DO ESPORTE

SUBCOMISSÃO ESPECIAL DO TIRO ESPORTIVO

RELATÓRIO

Presidente: Deputado Ismael Alexandrino

Relator: Deputado Maurício do Vôlei



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. JUSTIFICAÇÃO	3
3. MEMBROS DA SUBCOMISSÃO	5
4. OBJETIVOS DA SUBCOMISSÃO.....	6
5. METODOLOGIA	8
6. AUDIÊNCIA PÚBLICA E CONTRIBUIÇÕES EXTERNAS.....	10
7. ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	23
8. CONCLUSÕES.....	27
9. RECOMENDAÇÕES.....	30
10. APÊNDICES.....	32



1. INTRODUÇÃO

A criação da Subcomissão Especial do Tiro Esportivo foi efetivada em virtude da aprovação do Requerimento nº 18, de 2023 - CESPO, apresentado pelo Deputado Ismael Alexandrino protocolado em 04/04/2023 e aprovado em 12/04/2023, para que, nos termos do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), fosse criada Subcomissão Especial destinada a acompanhar as ações e trabalhos desempenhados pelo Governo Federal e legislação aplicável ao desenvolvimento e fortalecimento da modalidade do tiro esportivo no Brasil.

2. JUSTIFICAÇÃO

O tiro esportivo, modalidade esportiva olímpica, esteve presente nos Jogos Olímpicos desde a sua primeira edição, em 1896, em Atenas. Até o ano de 1964, em Tóquio, somente os homens participavam. As primeiras mulheres competiram nessa modalidade na Cidade do México em 1968, porém nas provas praticadas por homens. A primeira disputa exclusivamente feminina surgiu em Los Angeles no ano de 1984, sendo duas categorias: pistola de ar e carabina de ar. Atualmente, o tiro esportivo é disputado em 15 categorias distintas, sendo nove masculinas e seis femininas. Como toda e qualquer modalidade esportiva, é um esporte que pode ser praticado de maneira formal ou informal, devidamente regulamentado pela Lei 9.615 de 24/03/1998 (Lei Pelé), em que os seus praticantes precisam cumprir rígidas exigências estabelecidas pelo Exército Brasileiro.

O tiro desportivo, ao longo dos anos, tem evoluído bastante, porém, permanece estigmatizado por alguns setores desinformados da sociedade civil e contando com o esforço abnegado de seus praticantes, que não raro alcançam expressivas conquistas nos torneios nacionais e internacionais de que participam, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do esporte.

O esporte do tiro tem tomado grande espaço em meio das modalidades olímpicas. A história de conquistas do Brasil nos jogos olímpicos teve início com os atletas do tiro, que se tornaram os primeiros do país a faturar medalhas. Na Antuérpia, em 1920, o Brasil disputou os jogos pela primeira vez, com uma delegação de apenas 21 atletas,



todos os homens, que competiram em provas de tiro esportivo, polo aquático, remo, natação e saltos ornamentais.

De fato, os atletas do tiro esportivo brilharam e voltaram para casa com três medalhas: uma de ouro (com Guilherme Paraense), uma de prata (com Afrânio da Costa) e uma de bronze (por equipe). Para isso, eles tiveram que driblar vários percalços, dentre eles o roubo de equipamentos, episódio em que foram socorridos pelos atiradores da delegação norte-americana, que emprestaram pistolas e munições para os brasileiros. Depois das conquistas na Antuérpia-1920, o Brasil nunca mais havia subido ao pódio olímpico no tiro esportivo. Isso até os Jogos Rio 2016, quando Felipe Wu voltou a faturar uma medalha na modalidade.

A instalação da Subcomissão Especial do Tiro Esportivo possibilitou aos Senhores membros da Comissão do Esporte acompanhar a execução da política desta modalidade esportiva, podendo, à luz de suas avaliações, oferecer ao governo subsídios complementares às suas políticas, sempre no sentido de desenvolver e fortalecer esta modalidade esportiva no Brasil.



3. MEMBROS DA SUBCOMISSÃO

A Subcomissão do Tiro Esportivo foi composta pelos seguintes membros:

Presidente: Deputado Ismael Alexandrino

Relator: Deputado Maurício do Vôlei

Membros titulares:

1. Dep. Delegado Fabio Costa (PP/AL);
2. Dep. Icaro de Valmir (PL/SE)
3. Dep. Ismael Alexandrino (PSD/GO);
4. Dep. Maurício do Vôlei (PL/MG)

Assessoria da Subcomissão:

Secretário-executivo: Lindberg Aziz Cury Júnior



4. OBJETIVOS DA SUBCOMISSÃO

Os objetivos da Subcomissão Especial do Tiro Esportivo são multifacetados e visam aprimorar o desenvolvimento do tiro esportivo no Brasil tanto em nível competitivo quanto recreativo. Os detalhes específicos dos objetivos incluem:

a. Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas: A Subcomissão tem como objetivo principal a avaliação e o monitoramento contínuo da implementação das políticas públicas voltadas para o tiro esportivo. Este objetivo inclui a análise da adequação das políticas existentes e sua eficácia na promoção do tiro esportivo, bem como o apoio aos atletas e a infraestrutura necessária para a prática segura do esporte.

b. Identificação e Resolução de Desafios Regulatórios: Outro foco crucial da Subcomissão é identificar desafios regulatórios e operacionais que impactam a prática do tiro esportivo no Brasil. Isso envolve revisar a legislação vigente, propor ajustes ou novas regulamentações que facilitem a prática do esporte, garantindo conformidade com padrões de segurança internacionais e melhores práticas. A Subcomissão trabalhará em conjunto com órgãos reguladores, como o Exército Brasileiro, para garantir que as normas estejam alinhadas com as necessidades reais dos praticantes.

c. Combate aos Estigmas e Disseminação de Informações Corretas: O tiro esportivo frequentemente enfrenta percepções públicas desfavoráveis devido à associação com armas de fogo. A Subcomissão se empenha em mudar essa narrativa por meio de disseminação de informações corretas, de educação e conscientização, destacando o tiro esportivo como uma disciplina olímpica que requer precisão, disciplina e controle rigoroso.

d. Promoção da Inclusão e Segurança no Esporte: Além de melhorar a percepção pública do tiro esportivo, a Subcomissão também se dedica a tornar o esporte mais acessível e inclusivo para diversos grupos da sociedade, incluindo mulheres e pessoas com deficiência. Isso envolve a promoção de iniciativas que incentivem a participação de novos atletas, o desenvolvimento de programas de treinamento



adaptados e a implementação de medidas rigorosas de segurança para assegurar que o tiro esportivo possa ser praticado por todos de maneira segura e responsável.

Esses objetivos refletem o compromisso da Subcomissão em fortalecer o tiro esportivo como uma prática esportiva respeitável e valorizada, contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento e reconhecimento em todo o país.



5. METODOLOGIA

A metodologia adotada pela Subcomissão Especial do Tiro Esportivo é composta de diversas abordagens estratégicas, visando uma compreensão abrangente e detalhada dos aspectos que envolvem o tiro esportivo no Brasil. Estas abordagens incluem:

a. Revisão de Legislação e Desenvolvimento de Novas Propostas Regulatórias:

A Subcomissão se dedica à revisão sistemática das leis e regulamentos atuais que influenciam o tiro esportivo, identificando áreas que necessitam de atualização ou reforma. Este processo envolve a análise comparativa com regulamentações internacionais para alinhar as práticas brasileiras com padrões globais, garantindo tanto a segurança quanto a viabilidade do esporte. A partir desta revisão, novas propostas legislativas serão formuladas para simplificar o acesso ao esporte, melhorar a segurança e incentivar a prática do tiro esportivo.

b. Realização de Audiências Públicas: As audiências públicas são fundamentais para o processo de coleta de dados, permitindo a participação direta de uma gama diversificada de stakeholders, incluindo atletas, treinadores, especialistas em segurança, representantes de clubes de tiro e associações esportivas. Esses encontros são projetados para ouvir as preocupações, sugestões e experiências desses grupos, fornecendo à Subcomissão insights valiosos sobre as necessidades reais do campo e possíveis áreas de melhoria.

c. Visitas Técnicas a Clubes de Tiro e Centros de Treinamento: Para obter um entendimento prático e aprofundado sobre o tiro esportivo, membros da Subcomissão realizarão visitas técnicas a várias instalações de tiro pelo país. Essas visitas têm como objetivo observar as condições atuais de treinamento, a implementação de normas de segurança, e a infraestrutura disponível, além de identificar desafios específicos enfrentados por atletas e administradores dessas instalações.

d. Consultas com o Exército Brasileiro e Outras Autoridades Regulatórias: Dado que o tiro esportivo envolve o uso de equipamentos regulamentados, a Subcomissão



buscará a expertise do Exército Brasileiro e de outras autoridades pertinentes para discutir questões relacionadas à regulamentação de armas e munições. Essas consultas visam garantir que as práticas de tiro esportivo estejam em conformidade com as leis de controle de armas e que as medidas de segurança sejam rigorosamente aplicadas.

Este conjunto de metodologias proporciona uma abordagem holística e integrada, essencial para o desenvolvimento de políticas eficazes que irão promover e regulamentar o tiro esportivo no Brasil de maneira responsável e segura.



6. AUDIÊNCIA PÚBLICA E CONTRIBUIÇÕES EXTERNAS

Audiência Pública: "Política do Tiro Esportivo no Brasil: onde estamos e aonde queremos chegar?"

Link para acesso: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70480>

Local: Anexo II, Plenário 04

Início: 24/10/2023 às 10:23

Término: 24/10/2023 às 13:27

Requerimento: REQ nº 69/2023, apresentado em 29/09/2023 por Ismael Alexandrino e aprovado na Comissão do Esporte em 10/10/2023.

Abertura da Sessão:

A audiência foi aberta pelo **Deputado Ismael Alexandrino**, presidente da Subcomissão do Tiro Esportivo. Em seu discurso de abertura, ele destacou a relevância do tiro esportivo como modalidade olímpica e a necessidade de atualizar e melhorar as políticas públicas para fortalecer o esporte no Brasil. Ele introduziu o tema central da audiência, focando na situação atual do tiro esportivo e nas estratégias para seu desenvolvimento.

Participantes da mesa:

- **Jodson Edington** (Presidente da Confederação Sul-Americana de Tiro Esportivo)
- **Marina Canetti** (Gestora da modalidade de tiro esportivo do Comitê Olímpico do Brasil)
- **Marcelo Danfenback** (Presidente da Liga Nacional dos Atiradores Desportivos)
- **Giovanni Roncalli** (Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Tático)
- **Alex Palhares dos Santos Vieira** (Representante da Confederação Brasileira de Tiro Prático)
- **Marcos Boccatto** (Diretoria de Esportes de Base de Alto Desempenho do Ministério do Esporte)



Contribuições dos participantes da mesa:

- **Jodson Edington (Presidente da Confederação Sul-Americana de Tiro Esportivo)**

Jodson Edington, conectado via videoconferência, foi o primeiro a apresentar sua visão. Ele destacou as conquistas históricas do tiro esportivo no Brasil, mas apontou as recentes dificuldades enfrentadas devido a atrasos na regulamentação de novas leis que impactam diretamente os atletas, especialmente em sua preparação e participação em competições internacionais. Jodson solicitou maior apoio e uma ação mais rápida do governo para revisar e atualizar a legislação, visando reduzir os obstáculos burocráticos que atualmente prejudicam o esporte.

Principais pontos:

Conquistas Históricas: Jodson começou revisando os marcos do tiro esportivo brasileiro, lembrando as conquistas significativas em competições internacionais, especialmente as medalhas olímpicas conquistadas no início do século 20. Ele mencionou como esses sucessos ajudaram a moldar a percepção do tiro esportivo no Brasil e inspiraram o desenvolvimento de programas de treinamento e competição.

Desafios Atuais: Mudando o foco para o presente, Jodson delineou os desafios que o tiro esportivo enfrenta atualmente, principalmente relacionados à regulamentação. Ele expressou preocupação com a lentidão na atualização das leis e normas que regulamentam o uso, transporte e importação de equipamentos esportivos, o que tem colocado atletas brasileiros em desvantagem em comparações internacionais. Jodson explicou que atrasos na implementação de novas regulamentações criam barreiras significativas, afetando a preparação e a performance dos atletas em competições globais.

Solicitação de Apoio Governamental: Jodson fez um apelo direto às autoridades governamentais para uma ação mais rápida e eficaz no processo de revisão e



implementação das legislações pertinentes ao tiro esportivo. Ele sugeriu que o governo deveria trabalhar mais estreitamente com as confederações e atletas para garantir que as necessidades e realidades do tiro esportivo sejam adequadamente compreendidas e atendidas nas novas regulamentações.

Impacto nos Atletas: Jodson compartilhou relatos de atletas que enfrentam dificuldades para acessar equipamentos e recursos necessários devido às restrições e burocracias atuais. Ele destacou como essas limitações têm impacto direto na preparação dos atletas para eventos internacionais, o que pode comprometer o desempenho do Brasil em futuras olimpíadas e outras competições internacionais.

Chamado para Reformas Urgentes: Concluindo sua fala, Jodson reiterou a necessidade urgente de reformas que alinhem as políticas e regulamentações do Brasil com as melhores práticas globais. Ele ressaltou que o tiro esportivo, sendo uma disciplina olímpica, requer atenção especial e suporte do governo para continuar prosperando e contribuindo para o esporte nacional.

Encerramento: Jodson agradeceu a oportunidade de apresentar suas preocupações e sugestões, expressando esperança de que a audiência resulte em ações concretas que beneficiem o tiro esportivo no Brasil. Ele reforçou seu compromisso em colaborar com as autoridades para promover melhorias significativas nas condições de treinamento e competição para os atletas brasileiros.

- **Marina Canetti (Gestora da modalidade de tiro esportivo do Comitê Olímpico do Brasil)**

Marina Canetti seguiu com uma discussão sobre a infraestrutura de apoio aos atletas. Ela salientou a importância de um suporte multidisciplinar que vai além do treinamento físico, incluindo aspectos psicológicos, nutricionais e de gestão de carreira, essenciais para a preparação de atletas de alto rendimento. Marina destacou que o Comitê Olímpico do Brasil (COB) está comprometido em fornecer esses recursos, mas reforçou a necessidade de políticas públicas mais robustas que apoiem essas iniciativas.



Principais pontos:

Visão Integrada do Suporte ao Atleta: Marina começou sua exposição destacando que o sucesso no tiro esportivo não depende apenas do treinamento técnico e físico, mas também de uma ampla gama de suportes que incluem aspectos psicológicos, nutricionais, médicos, e de gestão de carreira. Ela explicou que esses elementos são fundamentais para que o atleta possa manter um alto desempenho de forma consistente e sustentável.

Importância do Suporte Psicológico: Ela enfatizou a necessidade de suporte psicológico robusto, apontando que a pressão de competições internacionais pode ser intensa e que os atletas precisam de ferramentas adequadas para gerenciar o estresse e a ansiedade. Marina citou programas específicos implementados pelo COB que fornecem acompanhamento psicológico regular aos atletas, ajudando-os a desenvolver resiliência mental e foco.

Nutrição e Preparação Física: Marina também discutiu a importância da nutrição adequada e da preparação física. Ela mencionou como a equipe de nutrição do COB trabalha em conjunto com os atletas de tiro para garantir que suas dietas suportem tanto o desempenho quanto a recuperação. Além disso, ressaltou como a preparação física é customizada para atender às necessidades específicas dos atiradores, que requerem um equilíbrio de força, estabilidade e precisão.

Gestão de Carreira e Apoio Logístico: A gestão de carreira foi outro ponto crucial abordado por Marina. Ela descreveu como o COB auxilia os atletas na navegação de suas carreiras, desde o planejamento de competições até o gerenciamento de contratos e patrocínios. Marina destacou o suporte logístico que o COB fornece, facilitando questões como viagens, hospedagem e transporte para competições internacionais, o que permite que os atletas se concentrem exclusivamente em sua performance.

Políticas Públicas Mais Fortes: Finalmente, Marina fez um apelo por políticas



públicas mais efetivas e robustas que alavanquem o suporte aos atletas de tiro esportivo. Ela argumentou que enquanto o COB está fazendo sua parte, o governo deve também aumentar seu envolvimento e investimento no esporte, criando um ambiente em que os atletas possam prosperar tanto nacional quanto internacionalmente.

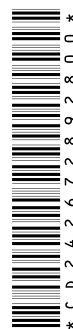
Encerramento: Marina concluiu sua participação na audiência pública reafirmando o compromisso do COB em continuar desenvolvendo e apoiando os atletas de tiro esportivo, mas ressaltou que o sucesso a longo prazo depende também de uma parceria sólida com agências governamentais e legislativas. Ela expressou esperança de que as discussões da audiência levassem a ações concretas que reforçassem o tiro esportivo como uma importante disciplina olímpica no Brasil.

- **Marcelo Danfenback (Presidente da Liga Nacional dos Atiradores Desportivos)**

Marcelo Danfenback trouxe à discussão as barreiras regulatórias excessivas que afetam o crescimento do tiro esportivo. Ele criticou a complexidade e a lentidão dos processos de regulamentação, que segundo ele, estigmatizam o esporte e desencorajam novos praticantes e investidores. Marcelo apelou por uma simplificação do acesso ao esporte e uma desburocratização que permita aos clubes e atletas se desenvolver mais livremente.

Principais pontos:

Crítica às Barreiras Regulatórias Existentes: Marcelo começou sua apresentação expressando preocupação com a complexidade das regulamentações atuais que governam o tiro esportivo no Brasil. Ele criticou a lentidão dos processos burocráticos e as múltiplas camadas de aprovação necessárias para tudo, desde o registro de clubes e atletas até a aquisição e transporte de equipamentos. Marcelo argumentou que essas exigências complicadas desencorajam a participação no esporte e afetam negativamente os novos atiradores que desejam entrar na modalidade.



Impacto nas Competições e Desenvolvimento de Atletas: Ele discutiu como as restrições regulatórias limitam a capacidade dos clubes de organizar competições e de oferecer treinamento adequado. Marcelo mencionou exemplos específicos de eventos que tiveram que ser cancelados ou adiados devido a atrasos na liberação de licenças e outras autorizações governamentais. Ele também destacou como essas limitações reduzem as oportunidades para atletas ganharem experiência competitiva e desenvolverem suas habilidades.

Apelo por Simplificação e Desburocratização: Marcelo apelou por uma significativa desburocratização das leis e procedimentos relacionados ao tiro esportivo. Ele sugeriu que o governo deveria considerar a implementação de um sistema mais simplificado, que poderia facilitar o acesso ao esporte para novos praticantes e ajudar os clubes a se desenvolverem. Marcelo propôs a criação de um canal direto de comunicação entre a comunidade de tiro esportivo e os órgãos reguladores para discutir e resolver essas questões de maneira mais eficiente.

Necessidade de Advocacia e Suporte Institucional: Marcelo também abordou a importância de ter mais representatividade e advocacia em nível governamental para o tiro esportivo. Ele sugeriu que os líderes do esporte deveriam ter assentos em comissões e conselhos onde políticas esportivas são formuladas, garantindo que as necessidades e os desafios do tiro esportivo sejam considerados nas decisões políticas.

Exemplos Internacionais de Boas Práticas: Por fim, Marcelo citou exemplos de outros países onde a regulamentação do tiro esportivo foi adaptada para apoiar e promover o esporte de forma mais eficaz. Ele mencionou que esses países têm visto um crescimento substancial na participação e no sucesso internacional, graças a uma abordagem mais facilitadora e ao suporte governamental ativo.

Encerramento: Marcelo finalizou sua participação na audiência com um chamado à ação para que os legisladores revisem e modernizem as leis de tiro esportivo, para refletir melhor as necessidades contemporâneas do esporte e seus praticantes. Ele reforçou a ideia de que reformas legislativas não apenas ajudariam a desenvolver o



tiro esportivo, mas também contribuiriam para o sucesso internacional do Brasil nesta disciplina.

- **Giovanni Roncalli (Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Tático)**

Durante sua participação na audiência pública, Giovanni Roncalli enfatizou a importância de atualizar e adaptar a legislação para refletir as evoluções técnicas e práticas do tiro tático, um segmento que, segundo ele, tem crescido em popularidade e profissionalismo no Brasil. Giovanni discutiu como as regulamentações atuais não acompanham as inovações tecnológicas e metodológicas adotadas por praticantes e competidores de tiro tático, resultando em uma série de desafios que limitam o desenvolvimento do esporte.

Principais pontos:

Modernização Necessária: Giovanni argumentou que a legislação vigente ainda é baseada em paradigmas antigos que não consideram as tecnologias modernas de armas e acessórios utilizadas nas práticas de tiro tático. Ele citou exemplos específicos, como a dificuldade em registrar e utilizar equipamentos de ponta que são essenciais para o treinamento e a competição em níveis mais avançados.

Desafios Regulatórios: Ele discutiu como as regulamentações atuais podem ser interpretadas de maneiras variadas, causando confusão e incertezas entre os praticantes e reguladores. Isso inclui a obtenção de licenças, a importação de equipamentos e o registro de competições, que muitas vezes são impedidos ou atrasados por burocracias que não reconhecem as particularidades do tiro tático.

Propostas para Melhorias: Giovanni propôs que a legislação deveria incorporar diretrizes claras e específicas para o tiro tático, sugerindo a criação de um grupo de trabalho que incluía atiradores experientes, reguladores e outros stakeholders para discutir e recomendar atualizações nas leis. Ele defendeu a importância de uma regulamentação que proteja a segurança pública sem restringir indevidamente o acesso a equipamentos e práticas que são padrões internacionais em esportes de



tiro.

Impacto no Desenvolvimento Esportivo: Giovanni também destacou como a falta de regulamentações adequadas desmotiva novos praticantes e investimentos no esporte. Ele mencionou que a incerteza regulatória desencoraja a organização de eventos nacionais e internacionais no Brasil, prejudicando a visibilidade e o crescimento do tiro tático no cenário esportivo.

Encerramento: Giovanni concluiu sua fala reiterando o compromisso da Confederação Brasileira de Tiro Tático em colaborar com as autoridades para promover reformas legislativas que reconheçam e suportem o desenvolvimento do tiro tático como uma disciplina esportiva legítima e segura. Ele enfatizou a necessidade de um diálogo contínuo e construtivo entre todos os envolvidos para garantir que o Brasil possa se destacar como um líder no tiro tático a nível mundial.

- **Alex Palhares dos Santos Vieira (Representante da Confederação Brasileira de Tiro Prático)**

Alex Palhares trouxe para a audiência pública uma discussão focada nas especificidades do tiro prático, um ramo do tiro esportivo que envolve rapidez e precisão em cenários que simulam situações reais. Sua contribuição foi fundamentada na necessidade de atualizações legislativas que reflitam as realidades modernas do esporte e facilitem seu crescimento e desenvolvimento no Brasil.

Principais pontos:

Desafios Específicos do Tiro Prático: Alex iniciou sua exposição detalhando os desafios únicos enfrentados pelo tiro prático, destacando que esta modalidade requer equipamentos específicos e frequentemente inovações tecnológicas que não são completamente contempladas pela legislação atual. Ele explicou como a falta de clareza nas regulamentações muitas vezes leva à interpretação errônea ou excessivamente restritiva, que impede a importação e o uso de equipamentos



essenciais para a prática e competição no tiro prático.

Necessidade de Reforma Legislativa: Alex argumentou vigorosamente pela necessidade de reforma legislativa, apontando que as leis atuais são desatualizadas e não acompanham as evoluções do esporte. Ele citou exemplos de como a legislação vigente pode ser simplificada e adaptada para melhor atender às necessidades dos atiradores práticos, incluindo a simplificação do processo de registro e licenciamento de armas usadas no esporte.

Importância da Participação nas Discussões Regulatórias: Alex ressaltou a importância de envolver a comunidade de tiro prático nas discussões regulatórias. Ele sugeriu a formação de painéis ou comitês que incluam atiradores experientes, treinadores, e fabricantes de equipamentos para garantir que todas as partes interessadas possam contribuir para o desenvolvimento de regulamentações mais justas e eficazes.

Promoção e Suporte ao Tiro Prático: Ele também discutiu a necessidade de promover o tiro prático como um esporte seguro e regulamentado, combatendo o estigma muitas vezes associado ao uso de armas. Alex mencionou a importância de programas de educação e conscientização, tanto para o público em geral quanto para novos praticantes, destacando os aspectos de segurança, disciplina e benefícios físicos e mentais do esporte.

Exemplos de Sucesso e Colaboração Internacional: Alex finalizou sua participação com exemplos de como outros países têm apoiado e desenvolvido o tiro prático, através de políticas que fomentam a cooperação entre entidades governamentais e organizações esportivas. Ele sugeriu que o Brasil poderia adotar abordagens semelhantes para melhorar a competitividade internacional dos atiradores brasileiros.

Encerramento: Alex concluiu sua apresentação enfatizando a urgência de ação legislativa e regulatória para apoiar o tiro prático. Ele expressou otimismo de que, com as mudanças sugeridas, o Brasil poderia não apenas melhorar a prática do tiro prático a nível nacional, mas também se destacar em competições internacionais, trazendo



reconhecimento e sucesso para o país nessa disciplina esportiva.

- **Marcos Boccatto (Diretor de Esporte de Base e de Alto Desempenho do Ministério do Esporte)**

Marcos Boccatto participou da audiência pública trazendo uma perspectiva institucional sobre as políticas e apoios governamentais dedicados ao tiro esportivo no Brasil. Sua apresentação se concentrou em como o Ministério do Esporte está engajado em fortalecer e expandir as iniciativas de tiro esportivo desde a base até o alto rendimento.

Principais pontos:

Compromisso Governamental com o Tiro Esportivo: Marcos começou sua apresentação reafirmando o compromisso do Ministério do Esporte em apoiar o tiro esportivo, reconhecendo-o como uma importante modalidade olímpica que requer atenção e investimento específicos. Ele destacou os programas já em execução que visam desenvolver talentos e melhorar a infraestrutura para o treinamento e competição em todas as categorias de tiro.

Desenvolvimento de Políticas Integradas: Marcos explicou que o Ministério está trabalhando na formulação de políticas integradas que envolvem não apenas o fornecimento de recursos financeiros e materiais, mas também o apoio educacional e a promoção da modalidade. Ele mencionou iniciativas como parcerias com escolas e universidades para introduzir e incentivar o tiro esportivo entre jovens, visando a criar um pipeline sustentável de talentos.

Enfrentamento dos Desafios Regulatórios: Ele reconheceu os desafios regulatórios mencionados pelos outros participantes e afirmou que o Ministério do Esporte está em diálogo com outras agências governamentais, incluindo o Ministério da Justiça e o Exército, para simplificar e esclarecer as regulamentações que impactam o tiro esportivo. Marcos enfatizou a importância de uma abordagem coordenada que garanta a segurança sem restringir indevidamente o acesso e o desenvolvimento do



esporte.

Fomento à Competição e Alto Rendimento: Marcos também discutiu como o Ministério do Esporte está focado em aumentar a competitividade internacional do Brasil no tiro esportivo. Ele mencionou o suporte para a participação em eventos internacionais, incluindo o financiamento de viagens e a organização de competições internacionais no Brasil, como estratégias para expor atletas a níveis mais altos de competição e promover o país como um centro para o tiro esportivo.

Sugestões para Melhorias Futuras: Ao final de sua apresentação, Marcos propôs várias sugestões para melhorias futuras, incluindo o aumento de investimentos em tecnologias de treinamento, a expansão de programas de detecção de talentos e a implementação de mais campanhas de conscientização pública para educar sobre os benefícios do tiro esportivo.

Encerramento: Marcos concluiu sua fala com um apelo por maior colaboração entre o governo, federações de tiro, e comunidade esportiva para fortalecer as bases do tiro esportivo no Brasil. Ele enfatizou a disposição do Ministério do Esporte em continuar dialogando e trabalhando com todos os interessados para superar os desafios e aproveitar as oportunidades para promover e desenvolver o tiro esportivo como uma disciplina esportiva segura, inclusiva e competitiva.

Contribuições externas e de participantes da audiência pública:

Durante a audiência pública presidida pelo Deputado Ismael Alexandrino, dedicada a discutir políticas e práticas relativas ao tiro esportivo no Brasil, um ambiente inclusivo foi estabelecido desde o início. O Deputado Ismael fez questão de abrir espaço para que todos os participantes da audiência tivessem a oportunidade de expressar suas opiniões e compartilhar suas experiências. Esta abertura foi crucial para garantir que uma ampla gama de perspectivas fosse considerada, permitindo uma discussão mais rica e abrangente sobre os desafios e as necessidades do tiro esportivo no país, envolvendo atletas, instrutores, representantes de clubes e outras



partes interessadas diretamente ligadas ao esporte.

Dep. Doutor Luizinho - Falou sobre os preconceitos enfrentados pelo tiro esportivo e prometeu apoiar a causa, destacando a importância do esporte para a sociedade e comprometendo-se a trabalhar por legislações favoráveis.

Dep. Marcos Pollon - Enfatizou a necessidade de despolitizar o tiro esportivo e criticou a associação injusta do esporte com a criminalidade. Ele destacou a redução no número de homicídios como um indicativo de que o aumento de armas entre atletas não correlaciona com o aumento da criminalidade.

Dep. Julia Zanatta - Expressou preocupação com a criminalização dos atletas de tiro esportivo e a necessidade de proteger o esporte da ideologia política, mencionando o risco de o Brasil seguir um caminho negativo como o da Venezuela.

Dep. Capitão Alberto Neto - Reiterou pontos semelhantes aos da Dep. Julia Zanatta, focando na necessidade de distinguir entre o tiro esportivo e questões de segurança pública. Ele criticou o governo por prejudicar os atletas e apelou para a criação de legislação que proteja o esporte.

Ex-Dep. Marcos Abraão - Agradeceu a oportunidade de participar da audiência e falou sobre o papel significativo do tiro esportivo na saúde e no entretenimento, além de seu histórico pessoal e envolvimento com o esporte.

Sr. Acir Mores (representante da Liga Nacional de Tiro ao Prato) - Agradeceu o convite para a audiência e expressou gratidão pelo apoio recebido, enfatizando o estigma enfrentado pelos praticantes de tiro esportivo e a importância de superar essas visões negativas.

Bruna Mirandola (atleta do tiro esportivo) - Compartilhou sua experiência pessoal como atleta de tiro esportivo, destacando a necessidade de diretrizes claras para o esporte e criticando o limbo jurídico que prejudica os atletas.



Sr. Isaac Pancini (instrutor) - Abordou a necessidade de diálogo entre os ministérios envolvidos e criticou o controle excessivo, que considera um entrave ao desenvolvimento do esporte.

Sr. Marcelo Pinto (instrutor) - Enfatizou a importância da audiência para o tiro esportivo e criticou as regulamentações que, segundo ele, tentam eliminar o esporte através de burocracias excessivas.

Sr. Diogo Yagi (atleta do tiro esportivo) - Expressou preocupação com o impacto negativo dos decretos sobre o tiro esportivo e pediu aos líderes legislativos que tomassem ações urgentes para resolver essas questões.

Sr. Paulo Coutinho (representante Colt45) - Compartilhou o impacto emocional e prático das restrições no tiro esportivo, destacando os desafios enfrentados pelos clubes e a necessidade de suporte governamental.

Sr. Bruno Clemente (representante Alvo Clube de Esportes) - Falou sobre a experiência de seu clube, sublinhando a importância de serem respeitados como entidades legais e o desejo de que o esporte seja tratado de forma justa.

Cada um desses participantes contribuiu com seu ponto de vista, experiências e preocupações, fornecendo uma visão abrangente dos desafios e necessidades do tiro esportivo no Brasil.

Resumo das Discussões:

A audiência foi marcada por um consenso sobre a necessidade de revisão e simplificação da legislação vigente relacionada ao tiro esportivo. Os participantes destacaram diversos problemas decorrentes da atual regulamentação, como a dificuldade de acesso a equipamentos e a burocratização excessiva que afeta todos os níveis de prática do esporte. Houve um apelo geral para que as autoridades competentes adotassem uma abordagem mais flexível e contemporânea, que permita o desenvolvimento do tiro esportivo enquanto garante a segurança e a conformidade regulatória.



7. ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Decreto nº 11.615 de 2023 introduziu uma série de normativas que afetam diretamente a prática da caça, do colecionamento e do tiro desportivo no Brasil. Estas medidas têm sido objeto de justas críticas por parte da comunidade de caçadores, atiradores e colecionadores, pois são restritivas e prejudiciais para a prática e o desenvolvimento dessas atividades.

a. Atividade de Colecionamento

O Decreto nº 11.615/23 estabelece o colecionamento de armas de fogo a modelos declarados pelo IPHAN e fabricados há mais de quarenta anos, desconsiderando a competência do Comando do Exército e a riqueza cultural das armas mais recentes, o que restringe indevidamente a prática do colecionismo, que não deve ter limitação de idade de fabricação e nem de mecanismo de ação.

Impacto Legislativo e Jurídico: A limitação imposta pelo decreto é uma violação da autoridade do Comando do Exército, que tradicionalmente regula essa área, e contraria o espírito das leis de preservação cultural brasileiras. Adicionalmente, ignora a capacidade do colecionismo em contribuir para a conservação de um patrimônio tecnológico e histórico mais abrangente.

b. Armas de Pressão

O Decreto nº 11.615/23 regulamenta e exige o Certificado de Registro de Atirador Desportivo para o uso de armas de pressão e ao classificá-las de forma restritiva sem base legal, contrariando o princípio da legalidade e a ausência de vedação legal para armas de pressão. Muitos atletas de ar comprimido não tem CR e não querem ter arma de fogo, e o decreto exige que tenha CR.

Impacto Legislativo e Jurídico: Contraria diretamente o princípio da legalidade, pois não há uma base legal que justifique tal extensão das restrições das armas de fogo para as armas de pressão, criando uma barreira injustificada para os praticantes de tiro com armas de ar comprimido.



c. Prática do Tiro Desportivo (habitualidade)

O artigo 35 do Decreto nº 11.615/23 estabelece critérios inexecutáveis para atiradores desportivos, ao exigir habitualidade por calibre e não do atirador. Do ponto de vista de segurança pública, estimula levar inúmeras armas ao mesmo tempo para clube, além de que pune o atirador mais habilitado.

Impacto Legislativo e Jurídico: Essa exigência pode comprometer tanto a segurança pública quanto a prática desportiva, punindo desnecessariamente atiradores mais habilidosos e engajados e incentivando práticas potencialmente perigosas.

d. Localização dos Clubes de Tiro

O Decreto nº 11.615/23 viola a autonomia municipal de regras do plano diretor e a liberdade econômica, afetando a segurança jurídica de clubes de tiro e contrariando o fomento à prática desportiva garantido pela Constituição.

Impacto Legislativo e Jurídico: Contraria a autonomia municipal prevista na Constituição e as leis de liberdade econômica ao impor restrições de localização que não são necessárias para atingir os fins desejados de segurança e ordem pública, pois estes ambientes são exatamente adequados para a prática desse esporte.

e. Transição entre Acervos

O decreto dificulta a transição de armas entre acervos diferentes (por exemplo, de esportivo para colecionamento), exigindo procedimentos burocráticos mesmo quando a arma se torna inativa como parte de uma coleção.

Impacto Legislativo e Jurídico: Essa regulamentação contradiz a intenção de simplificar e facilitar a administração de acervos pessoais, colocando obstáculos desnecessários que não contribuem para a segurança pública e complicam a manutenção de coleções históricas ou pessoais.



f. Armas de Fogo Portáteis de Uso Permitido (Semiautomáticas)

O Decreto nº 11.615/23 cria uma lacuna ao não classificar de forma clara as armas de fogo portáteis, longas, de alma raiada semiautomáticas com energia cinética abaixo do limite estabelecido, o que contradiz a razoabilidade e prejudica a prática desportiva, além de afetar a segurança jurídica dos proprietários e requerentes de registro dessas armas.

Impacto Legislativo e Jurídico: Esta ambiguidade viola o princípio da razoabilidade e prejudica a segurança jurídica dos proprietários e praticantes, podendo impedir atiradores de utilizarem ou adquirirem equipamentos adequados para suas práticas esportivas.

g. Renovação do Certificado de Registro de Armas de Fogo

O Decreto nº 11.615/23 contradiz a Lei nº 10.826/03 ao impor a reavaliação da "efetiva necessidade" para a renovação do certificado de registro de armas de fogo, uma exigência não prevista em lei e que ameaça a segurança jurídica dos cidadãos, violando o princípio da segurança jurídica ao permitir interpretações variáveis e potencialmente prejudiciais aos direitos já reconhecidos.

Impacto Legislativo e Jurídico: Tal exigência viola a segurança jurídica e o princípio da legalidade, criando um ambiente de incerteza para os proprietários de armas que buscam renovar seus registros, podendo levar a interpretações arbitrárias e prejudiciais aos direitos já reconhecidos.

h. Transmissão de Acervo por Sucessão

No caso de falecimento do proprietário, a transmissão de acervo deve ser realizada de maneira clara e segura, assegurando que o patrimônio e o legado cultural e histórico sejam preservados.

Impacto Legislativo e Jurídico: A falta de clareza pode resultar em violações dos direitos de propriedade e problemas com a preservação de coleções de valor histórico e cultural, contrariando as normas de transmissão de bens.



i. Obtenção e Renovação de Porte de Armas de Fogo Reclassificadas como Uso Restrito

A reclassificação retroativa de armas de fogo de uso permitido para restrito pelo Decreto nº 11.615/23 viola a segurança jurídica e a boa-fé dos cidadãos, contrariando a Lei nº 9.784/99 ao afetar direitos já reconhecidos.

Impacto Legislativo e Jurídico: Esta reclassificação viola a segurança jurídica e o princípio da confiança legítima, pois altera as condições sob as quais as armas foram originalmente adquiridas, afetando a legalidade de sua posse e porte.

j. Pessoas sem CR e prática de tiro desportivo

Proibição da prática do tiro recreativo com armas de fogo em entidades de tiro desportivo por pessoas não registradas como atiradores por meio de CR concedido pelo Comando do Exército.

Impacto Legislativo e Jurídico: Essa proibição restringe indevidamente o acesso ao tiro desportivo, potencialmente violando princípios de inclusão e o direito de participação em atividades recreativas, além de dificultar o crescimento do esporte ao limitar o acesso de novos praticantes.



8. CONCLUSÕES

A criação da Subcomissão Especial do Tiro Esportivo foi uma resposta direta à necessidade de aprofundar o entendimento e melhorar as políticas públicas relacionadas a esta modalidade esportiva olímpica no Brasil. Desde a sua formação, a subcomissão empreendeu uma série de atividades visando explorar as complexidades e desafios enfrentados pelos praticantes e reguladores do tiro esportivo. Este compromisso foi evidenciado desde a introdução do trabalho da subcomissão, que esclareceu os propósitos e a urgência de uma análise detalhada das legislações e práticas correntes.

Reafirmamos a relevância histórica e cultural do tiro esportivo, lembrando que esta prática não só faz parte dos Jogos Olímpicos desde sua primeira edição moderna em 1896, mas também trouxe as primeiras medalhas olímpicas para o Brasil. Essa contextualização destaca a discrepância entre o legado do tiro esportivo e a percepção pública atual, muitas vezes marcada por estigmas e desinformação.

A apresentação dos membros da subcomissão e dos objetivos evidenciou a diversidade e a capacidade técnica do grupo, cuja missão foi estruturada para abordar tanto a avaliação de políticas existentes quanto o desenvolvimento de novas propostas regulatórias, com um forte foco em garantir a segurança, a conformidade legal e o fomento à prática inclusiva e responsável do esporte.

A metodologia adotada, descrita no item 5, reflete uma abordagem holística e participativa, incluindo revisões legislativas, audiências públicas, visitas técnicas e consultas com autoridades reguladoras, como o Exército Brasileiro e o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério do Esporte. Esse método permitiu não apenas uma análise abrangente da situação atual, mas também facilitou a coleta de insights e recomendações diretamente dos stakeholders afetados pelas políticas vigentes.

As audiências públicas, em particular, foram momentos cruciais para a manifestação de diversas perspectivas, abrindo espaço para contribuições de especialistas, atletas, instrutores, e representantes de clubes de tiro. Estes eventos reforçaram a necessidade de políticas mais adaptativas e justas, que reconheçam e apoiem o tiro esportivo como uma disciplina olímpica, respeitável e estratégica para o desenvolvimento esportivo do país.



Portanto, ao avaliar as normativas introduzidas pelo Decreto nº 11.615 de 2023, a subcomissão identificou múltiplas áreas críticas onde as regulamentações atuais falham em atender adequadamente as necessidades dos atiradores e colecionadores, assim como os princípios de legalidade, segurança e inclusão. Estas descobertas são detalhadas nos pontos subsequentes e formam a base para as recomendações finais deste relatório, com o intuito de promover reformas legislativas e regulatórias que alinhem o tiro esportivo brasileiro com as melhores práticas globais, garantindo sua sustentabilidade e crescimento no contexto nacional e internacional.

Ao longo do trabalho desenvolvido pela Subcomissão Especial do Tiro Esportivo, ficou evidente a necessidade de revisões substanciais nas políticas públicas que regulamentam essa prática no Brasil. A análise detalhada do Decreto nº 11.615 de 2023 revelou várias áreas de preocupação que requerem atenção imediata para garantir o desenvolvimento saudável e seguro do tiro esportivo no país.

Primeiramente, a restrição imposta ao colecionamento de armas, limitando-as a modelos com mais de quarenta anos e declarados pelo IPHAN, desconsidera a competência regulatória do Comando do Exército e a importância cultural das armas mais recentes. Essa limitação, além de restringir indevidamente o colecionismo, compromete a conservação de um patrimônio tecnológico e histórico mais abrangente, reduzindo o alcance educacional e cultural dessa atividade.

Em relação às armas de pressão, a exigência de um Certificado de Registro para sua utilização coloca uma barreira desnecessária aos atletas que não desejam possuir armas de fogo, contrariando princípios básicos de legalidade e razoabilidade. Esse requisito adicional não só dificulta a participação nos esportes de tiro com ar comprimido, mas também dissuade novos praticantes de aderirem a esta modalidade.

A prática do tiro desportivo foi igualmente afetada por exigências de habitualidade por calibre, que não só são impraticáveis como potencialmente perigosas, incentivando os atiradores a transportar múltiplas armas simultaneamente aos clubes, aumentando os riscos de segurança tanto para os indivíduos quanto para as comunidades ao redor.

Quanto à localização dos clubes de tiro, as restrições impostas pelo decreto violam a autonomia municipal e princípios de liberdade econômica, criando um ambiente de incerteza para os investimentos no esporte e para o próprio desenvolvimento das práticas desportivas em ambientes apropriados e seguros.



A transição entre diferentes acervos de armas, incluindo a sucessão em casos de falecimento, também se mostrou problemática, com a legislação vigente falhando em oferecer um processo claro e acessível, o que pode levar à perda de patrimônio cultural e à complicação de processos legais para os herdeiros.

Além disso, a renovação do Certificado de Registro de Armas de Fogo e a reclassificação de armas de uso permitido para restrito sem uma base legal adequada representam uma séria violação dos princípios de segurança jurídica e confiança legítima, afetando diretamente os direitos dos proprietários de armas.

Por fim, a proibição de práticas recreativas de tiro por indivíduos sem um Certificado de Registro limita severamente o acesso ao esporte e restringe o desenvolvimento do tiro esportivo como uma prática inclusiva e acessível a todos os interessados, independentemente de sua intenção de possuir armas de fogo.

Diante desses desafios, é crucial que a legislação seja revista e adaptada para refletir as necessidades contemporâneas dos atiradores esportivos e colecionadores, garantindo a segurança, a legalidade e a inclusão, e promovendo o tiro esportivo não apenas como um hobby, mas como um importante elemento da cultura esportiva do Brasil. A Subcomissão, portanto, recomenda uma série de ajustes legislativos e regulatórios para melhor alinhar as políticas públicas com as melhores práticas internacionais e as necessidades reais dos praticantes desta disciplina olímpica.



9. RECOMENDAÇÕES

Após um exame detalhado das contribuições obtidas nas audiências públicas e das observações das visitas técnicas a clubes e centros de treinamento, bem como considerando os desafios destacados nas discussões com diversos stakeholders, recomendamos a implementação de medidas estratégicas para fortalecer e desenvolver o tiro esportivo no Brasil:

Transformação da Subcomissão Especial do Tiro Esportivo em Subcomissão Permanente:

Dado o cenário atual e os riscos significativos que o tiro esportivo enfrenta devido às políticas restritivas e mudanças legislativas, recomenda-se que a Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados transforme a Subcomissão Especial do Tiro Esportivo em uma Subcomissão Permanente. Esta medida assegurará uma vigilância e um engajamento contínuos em questões que afetam diretamente este esporte, proporcionando a capacidade de responder de maneira mais eficaz e ágil às dinâmicas sociais, legais e tecnológicas que influenciam negativamente sua prática e desenvolvimento.

Revisão Abrangente da Legislação Relacionada ao Tiro Esportivo e Colecionamento:

Propomos uma revisão sistemática e abrangente da legislação atual que rege o tiro esportivo e o colecionamento de armas. Esta revisão leva em consideração o cenário nacional atual e a política macro que envolve a aquisição, registro, posse, porte, cadastro e comercialização de armas de fogo, munições e acessórios em geral, com um foco particular no contexto do tiro esportivo. O objetivo é garantir que as leis estejam atualizadas com as práticas contemporâneas, atendam às necessidades dos atiradores e colecionadores e estejam em conformidade com os padrões internacionais de segurança e direitos culturais.

Formação de Comitês de Diálogo entre Reguladores e Praticantes:

Para assegurar que as regulamentações estejam alinhadas com as práticas



atuais e as inovações tecnológicas, propomos a formação de comitês que incluam representantes de atiradores, colecionadores, autoridades regulatórias e especialistas em segurança. Esses comitês deverão revisar as normativas regularmente e propor ajustes quando necessário.

Apoio à Pesquisa e Estudos Relacionados ao Tiro Esportivo:

Encorajamos o fomento à pesquisa para explorar os impactos sociais, econômicos e culturais do tiro esportivo. Os dados coletados servirão para fundamentar políticas públicas e ajustes regulatórios mais informados e eficazes.

Investimento na Infraestrutura para Prática do Tiro Desportivo:

O aprimoramento das instalações existentes e a criação de novos espaços que cumpram com padrões internacionais de segurança e acessibilidade são cruciais para facilitar o acesso e a prática do tiro esportivo.

Simplificação das Normativas de Importação e Exportação de Equipamentos:

Propõe-se uma revisão das normas vigentes para tornar o processo de importação e exportação de equipamentos menos burocrático e mais acessível, visando apoiar os atiradores em competições internacionais e a prática diária.

Essas recomendações visam criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento do tiro esportivo, respeitando as práticas legais, a macro política nacional e contribuindo para um entendimento mais positivo e informado do esporte em todo o país. A implementação dessas medidas requer uma abordagem colaborativa entre o governo, entidades desportivas e a sociedade civil, garantindo que as ações propostas sejam eficazes e benéficas para todos os envolvidos.



10. APÊNDICES

Este apêndice fornece links e detalhes de eventos significativos que contribuíram para a elaboração deste relatório e para a compreensão do cenário atual do tiro esportivo no Brasil. Estes eventos são essenciais para ilustrar o envolvimento e o suporte contínuo às iniciativas de tiro esportivo por parte de legisladores e instituições governamentais.

a. Audiência Pública: "Política do Tiro Esportivo no Brasil: onde estamos e aonde queremos chegar?"

Link para acesso: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/70480>

Link adicional: <https://triggersmagazine.com.br/politica/representantes-do-tiro-esportivo-no-brasil-lutam-por-mais-dialogo-entre-o-setor-e-o-governo-federal/>

Local: Anexo II, Plenário 04

Início: 24/10/2023 às 10:23

Término: 24/10/2023 às 13:27

Requerimento: REQ nº 69/2023, apresentado em 29/09/2023 por Ismael Alexandrino e aprovado na Comissão do Esporte em 10/10/2023.

Descrição: Esta audiência pública foi um evento chave que proporcionou insights valiosos para a formulação deste relatório. As discussões e apresentações realizadas são fundamentais para entender as direções futuras e as ações necessárias para o desenvolvimento do tiro esportivo no Brasil.

b. Representação na Seletiva Olímpica de Carabina e Pistola

Evento: Cerimônia de Abertura da Seletiva Olímpica de Carabina e Pistola

Link para detalhes do evento: <https://www.cbte.org.br/cerimonia-de-abertura-inicia-oficialmente-a-seletiva-olimpica-de-carabina-e-pistola/>

Descrição: O Deputado Ismael Alexandrino representou a Subcomissão do Tiro Esportivo neste evento significativo, demonstrando o compromisso e o suporte à comunidade de tiro esportivo. Este evento é um marco importante para os atletas de tiro esportivo no Brasil e destaca o apoio legislativo para o esporte.



c. Articulação com a Secretaria Nacional de Esportes de Alto Desempenho do Ministério do Esporte

Link para detalhes: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02AnUCWmQ9hYepAtYhMrNJ6231eB83jLDYevFQodS8oezLpxLyticWFw8JaXWM2ajJBI&id=100067594148970

Descrição: O Deputado Ismael Alexandrino, representando a Subcomissão do Tiro Esportivo e o Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo (CBTE), Jodson Edington, estiveram reunidos com a secretária nacional de esportes de alto desempenho, Iziane Marques.

d. Articulação com a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlado (DPFC)

Link para detalhes: <https://www.cbte.org.br/presidente-da-cbte-realiza-reuniao-online-com-dirigentes-das-federacoes/>

Descrição: O Deputado Ismael Alexandrino, representando a Subcomissão do Tiro Esportivo e o Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo (CBTE), Jodson Edington, estiveram reunidos com o diretor da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), o general de Brigada Marcus Alexandre e equipe.

e. Articulações com o Ministério do Esporte

Links para detalhes:

<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/defensor-do-tiro-esportivo-ismael-alexandrino-ganha-apoio-de-ministro-de-lula-na-pauta-543717/>

<https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/fufuca-ajuda-deputados-do-tiro-esportivo-a-negociar-com-dino-e-mucio>

Descrição: O Deputado Ismael Alexandrino, representando a Subcomissão do Tiro Esportivo tem efetuado diversas reuniões com o Ministro do Esporte para tratar dos temas do tiro esportivo no Brasil.



f. Articulações com o Ministério da Justiça e Segurança Pública

Links para detalhes:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72478?>

[a=567940&t=1713293942407&trechosOrador=ismael%20a&crawl=no](https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/72478?a=567940&t=1713293942407&trechosOrador=ismael%20a&crawl=no)

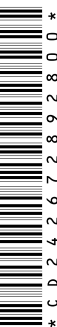
Descrição: O Deputado Ismael Alexandrino, representando a Subcomissão do Tiro Esportivo tem efetuado diversas reuniões com o Ministério da Justiça e Segurança Pública para tratar dos temas do tiro esportivo no Brasil.

g. Visitas a clubes de tiro e competições

Link para detalhes: [https://m.facebook.com/photo.php?](https://m.facebook.com/photo.php?fbid=709854481145443&set=a.477711744359719&type=3&locale=pt_BR)

[fbid=709854481145443&set=a.477711744359719&type=3&locale=pt_BR](https://m.facebook.com/photo.php?fbid=709854481145443&set=a.477711744359719&type=3&locale=pt_BR)

Descrição: O Deputado Ismael Alexandrino, representando a Subcomissão do Tiro Esportivo tem efetuado visitas a diversos clubes de tiro e prestigiado diferentes competições com o objetivo de manter o diálogo com diferentes atores que representam o esporte.





Relatório Final (Do Sr. Mauricio do Vôlei)

A criação da Subcomissão Especial do Tiro Esportivo foi efetivada em virtude da aprovação do Requerimento nº 18, de 2023 - CESPO, apresentado pelo Deputado Ismael Alexandrino protocolado em 04/04/2023 e aprovado em 12/04/2023, para que, nos termos do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), fosse criada Subcomissão Especial destinada a acompanhar as ações e trabalhos desempenhados pelo Governo Federal e legislação aplicável ao desenvolvimento e fortalecimento da modalidade do tiro esportivo no Brasil.

Assinaram eletronicamente o documento CD242672892800, nesta ordem:

- 1 Dep. Mauricio do Vôlei (PL/MG)
- 2 Dep. Ismael Alexandrino (PSD/GO)

